

O "território" na análise da ruralidade: reflexões elaboradas a partir da situação de um assentamento do Incra

Margarita Rosa Gaviria Mejía¹

RESUMO

Neste trabalho abordo os pressupostos teóricos que levaram a adotar o território como referência de ação de políticas públicas e como eixo de análise das transformações no campo. As reflexões apresentadas, aqui, foram tema da tese de doutorado, intitulada: "Identities e representações do espaço na construção de territórios em um assentamento do Incra em Paraty, RJ".

Destaco a contribuição teórica da antropologia na análise do valor heurístico do território, quando se examinam, principalmente, as implicações sociais de processos gestados pelo Estado, bem seja através de projetos de desenvolvimento ou de qualquer ação intervencionista. Esboço o papel da identidade na construção de fronteiras entre territórios; as propriedades simbólicas e móveis dessas fronteiras; os pressupostos teóricos nos quais me apóio para diferenciar a noção de território da noção de espaço; por último, observo como os atores sociais participam de um processo constante de territorialização, ao compor e recompor territórios a partir de elementos culturais diferentes, que podem ser apreendidos através da análise das representações que os atores sociais fazem do espaço como objeto, e do espaço como mapa de relações sociais.

Palavras-chave: Território. Assentamentos rurais. Identidade.

Introdução

Um exame atento à produção acadêmica sobre o meio rural permite observar a pluralidade de sentidos aferidos à noção do rural. Dependendo da perspectiva de análise ela pode estar referida a um espaço físico, a um espaço social, a uma imagem, a uma mentalidade, a um estilo de vida, à agricultura e/ou a outras atividades econômicas, à natureza, a um espaço de turismo e lazer; e assim poderíamos seguir enumerando uma série de elementos. Como nota Duran (1998), é uma noção com muitos significados. Através do rural se faz menção a um conceito espacial, a traços de padrão de vida, a valores, a

condições sociais e/ou econômicas. Em suma, evoca-se diversos conteúdos, que podem estar centrados no cultural, no ocupacional ou no ecológico².

Nas deliberações acerca do rural, dois postulados importantes estão imbricados. Um, que a agricultura - como um dos significados do rural - é uma categoria polissêmica, tem um conteúdo econômico, cultural e social. Sendo valorizada, não apenas como um setor da economia, mas por sua dimensão imaterial, como modo de vida. Remetendo-nos ao pronunciamento de Goodman e Watts (1994), em sua referência à Inglaterra dos anos 80, a agricultura é cada vez mais residual em termos de investimento econômico, no entanto, continua tendo importante presença social e ideológica na elaboração das representações do rural. Que dizer, a atividade agrícola exerce um papel simbólico muito importante nas comunidades rurais.

Outro postulado diz respeito à relação rural-urbano. Contrariamente a uma visão dicotômica, olha-se para o rural com ênfase nas relações sociais desenvolvidas em decorrência da integração do rural e o urbano, principalmente, em termos populacionais, ocupacionais e de valores. Estes universos estão em comunicação permanente, veiculada pela mobilidade física e social dos atores sociais entre diversos espaços. Através da mobilização rural-urbano-rural os atores sociais fazem um intercâmbio de informações, valores e culturas.

O destaque aos diversos sentidos do rural, ao novo foco na agricultura e ao caráter relacional, rural-urbano, se insere no atual debate sobre o desenvolvimento rural, elaborado com o intuito de erradicar a pobreza rural e promover a participação dos atores sociais nas políticas públicas, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar. Enfim, objetiva exortar mudanças de ordem econômica, social e ambiental no meio rural. Tal como assinala Schneider (2004), as considerações nas quais se sustenta o debate são construídas em um contexto intelectual e político que procura repensar o desenvolvimento rural nos termos em que tinha sido moldado. Isto é, pelo crescimento econômico planejado e implementado por regiões, quando as regiões eram definidas por marcas geográficas dos espaços e serviam de parâmetros de avaliação do usufruto dos recursos feitos pelos homens e dos rendimentos gerados pelos mesmos. Mediam-se as taxas de crescimento econômico através do PIB e da renda *per capita*.

O anacronismo da idéia do desenvolvimento restrito ao crescimento econômico é superado, ao mesmo tempo em que cobra importância a participação dos atores locais nos programas a serem implantados e há um apelo ao reconhecimento da diversidade de caminhos que seguem os processos. Nesta ordem de idéias, visando uma mudança no foco de análise e na implementação das políticas públicas, opta-se por pensar o desenvolvimento em termos territoriais.

A nova abordagem se instaura com a ruptura do enfoque setorial das atividades econômicas (comércio, indústria, agricultura, serviços) e da visão dicotômica da relação rural-urbano. Concomitantemente, abre-se um conglomerado de ações e estratégias implementadas visando à reprodução social e econômica das famílias rurais, bem como o território se torna uma referência para a atuação do Estado na formulação de políticas públicas. Cria-se, no Brasil, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito da qual o território é uma noção operativa (SCHNEIDER, 2004).

A discussão acerca da introdução da noção de território como uma forma de operacionalizar a aplicabilidade das políticas públicas no desenvolvimento rural acontece paralelamente às reflexões sobre o valor heurístico desta noção para pensar um processo social vivenciado pelos agentes sociais no meio rural. Elaboramos, então, este artigo, interessados em trazer elementos que possam contribuir à discussão sobre a opção do território como foco de análise das transformações econômicas, sociais e culturais em curso no mundo rural. Transformações observadas nas mudanças de representações do rural, que se refletem na diversidade de concepções e práticas, e no perfil do universo social que habita os espaços tidos como rurais.³

Nossas reflexões foram construídas a partir do exame de um processo social vivenciado pelos atores sociais que interagem num assentamento do Incra em Paraty (RJ). Criado em 1983 para beneficiar os posseiros da fazenda Taquari, mas, por influência de fatores internos e externos ao mesmo, apresenta diversas peculiaridades que o diferenciam dos demais assentamentos do Incra na região⁴. É reconhecido oficialmente como um assentamento do Incra desde 1983, porém, por questões judiciais, esse projeto ficou parado. Além disso, no momento da criação, uma parte da área foi delimitada e estava dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)⁵. Ambos os fatos levaram à intervenção governamental na área através do Incra e do IBDF e têm contribuído para o desencadeamento de um processo social peculiar.

O vazio institucional deixado pelo Incra e os atrativos turísticos do PNSB, do município e da região estimularam a migração para a localidade de diversos atores sociais. Em Taquari convivem, junto com os beneficiários do Incra, atores sociais com formas de inserção social diferente. É um cenário social no qual observam-se confrontos que resultam da disputa pela forma de utilização do espaço e pelo controle de instâncias decisórias da vida local, da qual participam órgãos governamentais como o Incra, o Ibama e a Prefeitura de Paraty.

A dimensão territorial é estratégica.

O território é uma noção relevante, não apenas porque através dela se rompe com a visão dicotômica da relação rural-urbano e com a delimitação setorial (rural = agrícola), mas porque permite abordar a ruralidade como um processo social vivenciado por atores sociais que habitam espaços tidos como rurais. Enquanto tal, a ruralidade evoca realidades não delimitadas espacialmente nem temporalmente, pois os elementos que a compõem se modificam com o tempo e no espaço. Quer dizer, como os atores sociais estão em permanente mobilidade (social e física) e são múltiplas suas formas de inserção social, descarta-se uma visão estática e única do rural e propõe-se a análise de cada processo em si.

Uma vez que tomamos o processo como eixo da problemática e procuramos meios de nos aproximar dele, o território se revela uma noção de grande utilidade, já que, através dela é possível delimitar fronteiras entre espaços heterogêneos, examinar a dinâmica de composição e recomposição de espaços, segundo interesses e valores diversos dos atores sociais. Os territórios se compõem e decompõem conforme as posições dos atores sociais.

vivenciadas na idéia de pertencimento ou de identificação com elementos culturais ou materiais. A identidade, neste caso, orienta o comportamento dos atores sociais e dá sentido à mobilização.

De um modo geral, o território resulta das diversas formas dos atores sociais ordenarem o espaço, com base em suas identidades. Este processo de apropriação e organização do espaço que dá lugar ao(s) território(s) acontece, em determinadas circunstâncias, em função da comunhão de valores e interesses entre os atores sociais da localidade. No entanto, a territorialidade é também uma relação de alteridade. A natureza das relações sociais que levam à construção ou desconstrução dos territórios é de afinidade e de alteridade. Ou seja, em contextos sociais como o de Taquari, onde interagem vários atores sociais de maneiras diferentes, a dimensão territorial é estratégica, como é possível observar ao excursionar no pensamento antropológico.

A noção de território na antropologia

A inserção da noção de território nos estudos sobre ruralidade ocorre sem um reconhecimento à abordagem antropológica da mesma. Cabe lembrar que ela é utilizada por esta disciplina desde 1877, nas teorias evolucionistas de Morgan, para distinguir formas de governo. Este autor sustenta que a organização social baseada no sexo e no parentesco evolui para outra, fundamentada no território e na propriedade. De sua perspectiva, a organização a partir do território se opõe à organização sobre a base do parentesco. Uma sociedade com uma população numerosa não podia se organizar fundamentada no parentesco, mas no território. Tal como assinala Oliveira (1998), o uso do território para classificar sistemas políticos é retomado, depois de Morgan, em obras clássicas da antropologia tais como as de Fortes e Pritchard (1975) e Bohannan (1967), os quais discutem o papel dos territórios na estrutura social das comunidades.

Como na antropologia, o território é uma noção vinculada, geralmente, ao estudo de sociedades indígenas, a abordagem antropológica da noção de território é desconsiderada ou desconhecida no âmbito das discussões teóricas sobre ruralidade. Não cabe aqui explorar os termos em que a noção em questão tem sido utilizada nos estudos antropológicos, mas assinalar em que medida essas idéias ajudam a refletir sobre a ruralidade em Taquari.

Em primeiro lugar, convém trazer aqui as ponderações de Brandão (1999). Este antropólogo faz uma analogia entre o significado do "território" nas sociedades indígenas e a "terra" no meio rural. De sua perspectiva, o território é um termo do discurso acadêmico que corresponde à categoria social "terra" utilizada no meio rural. De maneira equivalente ao que ocorre com o território nas sociedades indígenas, "a terra demarca uma relação e marca uma identidade estabelecida através da qualidade de reciprocidade entre um tipo de ator frente a ela e o feixe de outros relacionamentos que ela e seus frutos geram e determinam" (p. 123).

Essas observações sobre o conteúdo polissêmico da categoria terra no meio rural e sua analogia com a noção de território, adotadas para pensar sociedades indígenas, contribuíram à análise da criação do assentamento de Taquari. Assim, ao situar a questão

na passagem das sociedades indígenas segmentares às sociedades centralizadas, sujeitas a um aparato político-administrativo, nota-se que, da mesma forma que a presença colonial nas sociedades indígenas instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sócio-cultural, a presença do Incra em Taquari, através de seu projeto de assentamento, estabelece uma nova relação dos atores sociais com o território. Antes da intervenção do Incra, os atuais beneficiários desse Instituto eram posseiros da fazenda Taquari. Nos termos de Oliveira (1998, p. 54-55), "a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto chave para a apreensão de mudanças porque ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais". Baseados nos postulados deste autor, desenvolvidos para pensar sociedades indígenas, afirmamos que a criação do assentamento pode ser pensada como uma territorialização, isto é, como um processo de reorganização no espaço físico e social.

Identidades e fronteiras na construção de territórios

Os elementos identitários são acionados para demarcar fronteiras sociais construídas num processo de interação com aqueles de quem se deseja distinguir. Isto é, as fronteiras se constroem na relação de um ator social com *outro* ou *o outro* e se revelam nas práticas cotidianas de inclusão e exclusão em espaços sociais⁶. Revelam-se também no simbolismo que se encontra na fronteira entre os mundos da identidade e da diversidade. Como indica Barth, em seu estudo clássico sobre grupos étnicos e identidade, "a fronteira étnica é o que define o grupo, não o material cultural que o encobre" (1969, p. 15). As fronteiras culturais, definidas pelas noções de ruptura e de diferença cultural, são provedoras de significados e modelos de ação em meios sociais onde não reinam nem a unidade, nem a homogeneidade (DONNAN e WILSON, 1999).

Nas sociedades animais, o território está vinculado à idéia de apropriação biológica, é exclusivo para membros de uma mesma espécie e limitado por uma fronteira; diferentemente, nas sociedades humanas o território não é obrigatoriamente fechado, nem um tecido espacial unido, nem conduz a um comportamento estável. Para discorrer acerca da idéia de fronteira, Bonnemaïson (2002) refere-se aos povos de caçadores nômades, os quais percorrem áreas com contornos fluidos que, eventualmente, podem ser partilhadas com outros. Ressalta ainda a ausência de fronteiras entre os povos sedentários, nos territórios melanésios. Nesse contexto, fora do núcleo central que abrange o hábitat e zonas de agricultura, a fronteira é muitas vezes representada por zonas de contorno fluido. No sentido proposto aqui, a mobilidade é uma das propriedades das fronteiras.

As fronteiras são móveis, pois os atores sociais se inserem em redes sociais que, em alguns contextos, envolvem determinados atores sociais e, em outros contextos, outros atores. Essa mobilidade dos atores sociais em redes nos leva a considerar a arbitrariedade das fronteiras, à medida que implica um jogo constante de continuidades e descontinuidades entre os diversos espaços sociais. Há uma composição e recomposição permanente dos espaços, determinadas por interesses, práticas e idéias diferentes. O caráter contingente dos espaços - que revela a análise das fronteiras - é perceptível ao observar que as

especificidades dos espaços são contextuais e situacionais.

Como postula Bonnemaïson (2002) em seu estudo na Oceania, um território é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede e pode tomar múltiplas formas culturais. Os territórios se constroem a partir das atitudes de fixação e de mobilidade dos atores sociais. Para o autor, os territórios podem ser fechados de forma irrevogável, como podem ser abertos aos outros aliados e vizinhos, e alternativamente um e outro. A mobilidade, dentro e fora do território, é culturalmente formalizada.

Este autor assinala também que a noção de fronteira como linha de demarcação é um fato decorrente do desenvolvimento dos Estados e da idéia de progresso, um reflexo da apropriação ou exclusão do estrangeiro. Nesse mesmo sentido, Haesbaert (2001) se pronuncia tratando sobre a noção de des-territorialização, através da qual, Badie (1996) argumenta o fim dos territórios em decorrência dos avanços da mundialização que pretende unificar regras, valores e objetivos de toda a humanidade. Haesbaert nota como a des-territorialização é vista sob óticas diferentes: a deslocalização econômica (sinônimo de uma deslocalização industrial), o fim das distâncias (diminuição de um fator geográfico), o debilitamento das fronteiras políticas (enfraquecimento dos Estados-nações), o desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais (as pessoas não desenvolvem laços simbólicos e afetivos com o espaço) e a perda de acesso à terra. Enfim, são diversas as vertentes que se colocam nesse sentido. Mas, em geral, os processos de desterritorialização estão atrelados à dinâmica econômica que dilacera os espaços e determina a reformulação de estratégias identitárias. Trata-se de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização. Deste modo, nos Estados-Nação, o território é marcado por uma comunidade imaginada, calcada num indivíduo universal, capaz de impor-se às diversas comunidades baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais.

De outro ângulo, paralelamente à globalização, que se diz homogeneizadora, destaca-se a fragmentação de territórios nacionais com um caráter político, além de territórios de forte conotação identitária. A des-territorialização encontra-se vinculada a uma reterritorialização de novos territórios que respaldam antigos grupos étnicos, cujas tradições precisam ser reinventadas. Territórios que, em sua própria configuração, inventam identidades e representam a fundação de novas entidades culturais. Assim, há territórios culturalmente mais fechados e territórios culturalmente mais híbridos, que permitem o diálogo intercultural e a emergência de múltiplas formas de identidade cultural. Deste modo, uma leitura da globalização, que Haesbert chama de híbrida, não vê apenas um processo de homogeneização, mas um veículo da incorporação da heterogeneidade, que permite pensar na sobreposição dos territórios. Os atores sociais têm a possibilidade de partilhar e de acionar vários territórios. Subjaz a esta discussão a distinção entre as noções de território e de espaço.

Território e espaço

Enfatizando o uso da noção de território, fazemos a ressalva de que esta não pode ser confundida com a de espaço. Os territórios, inversamente aos espaços, só podem ser compreendidos em referência a um universo cultural. Enquanto o espaço lembra a

uniformidade, o território lembra idéias de etnia, de diferença e de identidade cultural (BONNEMAISON, 2002). Para Raffestin (1986), a territorialidade é uma relação com a alteridade, é uma maneira de viver com os outros, seus limites geográficos são as relações cotidianas. Este autor utiliza a metáfora do corpo para explicitar a diferença entre o espaço e o território. Ele afirma que, por um lado, os corpos da terra estão constituídos por instrumentos endo-somáticos: terra, mar, montanhas e rios, os quais existem sem a intervenção do homem; por outro, o território é um prolongamento do organismo, marcado por signos visuais, vocais e olfativos. O território é um marco, um instrumento exo-somático que resulta da capacidade que os homens têm de se transformar por seu trabalho, ao mesmo tempo em que transformam a natureza que os rodeia e as relações sociais. A ecogênese territorial é a crônica de uma relação entre a natureza e a cultura e estas se fusionam. Um território não diz respeito apenas a um trabalho humano que é exercido sobre uma porção do espaço, mas a uma combinação complexa de forças e de ações mecânicas, físicas, químicas, orgânicas, etc. O território é uma reordenação do espaço, cuja ordem é procurada nos sistemas de informação de que o homem dispõe como pertencente a uma cultura. Existem espaços colocados fora da ecogênese territorial, os quais não são objeto de uma tradução no sistema semiológico que tem informado outros espaços para transformá-los em territórios. Os signos da informação dos atores sociais não se intersectam com o conjunto de formas do espaço, mas só com um subconjunto. Ou seja, os signos, ou a "semioesfera", nos termos de Raffestin, jogam um papel seletivo.

Desta ótica, os bens simbólicos e as percepções do espaço constituem um recurso através do qual os atores sociais sustentam suas diferenças. As diferenças culturais utilizadas para marcar suas posições diante daqueles com que estão em processo de interação permanente, implicam um conjunto de relações sociais e espaciais que conformam territórios. O território é reconhecido, então, não como entidade física, mas como um referencial para a ação dos agentes sociais concretos (ANDRADE, 1995). Segundo Barel (1986), o território designa os limites, as fronteiras de uma prática social, ou seja, as dimensões do universo no qual se sabe ou se acredita eficiente, competente e/ou legitimada.

Para este autor, a prática social se desenvolve num espaço geográfico determinado, acompanhado de simbolismo. Quer dizer, alguns dos componentes territoriais são "materiais" e outros "imateriais" ou simbólicos. O caráter simbólico do território se expressa em que este não existe apenas à maneira de uma base material, espacial. São vários os elementos que conformam os territórios, dos quais os elementos materiais passam por um processo de simbolização que os "desmaterializa". Os símbolos do espaço são carregados de afetividade e de significações. Em suma, o território não se constitui apenas como uma base material, ele é um referencial de elaboração simbólica, é um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores. Os grupos, os povos e as etnias existem por referência a um território real ou sonhado, habitado ou perdido. Bonnemaïson (2002) mostra, através de vários exemplos (povo judeu, negros americanos, os francófanos no Canadá), como o território constitui-se numa maneira de recriar as culturas.

Nestes termos, o território é social. Enquanto tal é um produto do imaginário humano, o que não significa, porém, que seja uma criação arbitrária. Deste ponto de vista, o espaço geográfico ou qualquer outro elemento material deve refletir em e sobre os

sentidos, e o cérebro humano deve passar pelo estágio das representações e, assim, se tornar em fato territorial. Não sendo fato imposto, nem criação totalmente livre, o território social é uma "re-produção do real" à qual o homem se confronta. O imaginário humano nasce de uma relação de cumplicidade: ele é, em parte, produto de certos territórios humanos e sociais e dá lugar a novos territórios, se territorializa como eles e com eles. Há uma fusão parcial daquilo que se imagina e do que é imaginado. Neste sentido, a territorialização (produção de territórios) torna-se um fenômeno auto-referencial, onde aquilo a que se refere e o que ele refere se fusionam.

Tendo em conta a relação dialética implícita na construção do território - como espaço referido e referencial ao mesmo tempo - a escolha dos elementos territoriais e as combinações são processos sociais. Contudo, a noção de território adotada aqui, pode ser explicitada recorrendo à formulação clássica de Barth (1969)⁷ sobre grupos étnicos e suas fronteiras. Para Barth, um grupo étnico define-se como um tipo organizacional, onde os grupos sociais utilizam as diferenças culturais para construir e reconstruir sua individualidade perante os outros, com quem está em processo de interação social permanente. Do ponto de vista heurístico, portanto, para explicar os elementos definidores de um grupo étnico cujos limites seriam construídos - situacionalmente - pelos membros daquele grupo, seria um equívoco reportar-se a uma condição de isolamento (localizado no passado). Deste modo, a proposta teórica em questão consiste no deslocamento do foco de atenção das culturas (enquanto isoladas) para processos identitários estudados em contextos precisos. Esses contextos são espaciais e temporais, porque o território é atual, mas tem uma história.

O território e as representações

Visando aproximar-nos da dimensão territorial, recorreremos à análise das representações, já que os atores sociais se posicionam no espaço de uma maneira reflexiva⁸. Melhor dizendo, as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações e, nesta relação entre ações e representações do espaço e no espaço, constroem-se territórios. Daí a necessidade, assinalada por Diegues (1998), de analisar as representações que os sujeitos fazem de seu espaço, pois é com base nestas representações que eles agem. São representações diferenciadas, que significam - entre outras - que a percepção social do espaço não é feita somente das representações das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas também de juízos de valor e de crenças.

No exame das representações, selecionamos alguns dos elementos que conformam os territórios, observando as relações entre estes elementos (uns atuam sobre os outros, modificando-se reciprocamente) e o sentido que lhes é atribuído. Vale ressaltar, inspirados em Barel, que cada pessoa se habitua a mais de um território. É raro que um único território seja suficiente para assumir todas as dimensões da vida de um ator social. Há um multi-pertencimento territorial. Os territórios são distintos por definição e por princípio de construção, podem ser organizados numa hierarquia territorial a partir de critérios diferentes, se tocam, se interpenetram em certos pontos, porque têm elementos comuns.

Este multi-pertencimento cria um fenômeno de superposição territorial, que dificulta a possibilidade de delimitar com exatidão os limites dos territórios sociais.

Há um confronto entre territórios que gera tensões e conflitos nas relações sociais. Para abordar a construção, sobreposição e confronto entre territórios no universo social estudado, analisamos as representações sob dois ângulos: um, das representações no espaço, e o outro, das representações do espaço. As representações no espaço são construídas nos posicionamentos dos atores sociais na localidade, fundamentados, principalmente, na origem social, na religião e na família ou parentesco. Quanto às representações do espaço, elas apontam para as diversas formas de se colocar diante do espaço. São representações construídas a partir da percepção do espaço como unidade física valorizada segundo o uso que se faz dela. Ou seja, na análise destas representações deparamo-nos com diferentes lógicas de relações que permeiam os usos dos espaços. Entre elas, destaca-se as relativas ao meio ambiente, à natureza, à produção e ao poder.

Em suma, o foco no território a partir de um universo empírico permite ressaltar diversas dimensões do espaço nas quais os territórios são construídos, a multiplicidade de elementos que podem ser abordados como componentes territoriais e o multipertencimento territorial. Contudo, inspirados nas concepções de território de Haesbaert (2001) afirmamos que, em Taquari, há: territórios sócio-culturais construídos em torno do parentesco, do passado na localidade e da relação dos nativos com os "de fora"; territórios naturais, que se definem nas relações dos atores sociais com o meio ambiente e a natureza; territórios de produção, que se constroem na apropriação do espaço para a produção em diversas atividades (agrícolas e extra-agrícolas); e territórios jurídico-políticos, que se constroem nos espaços delimitados e controlados pelos órgãos governamentais (Prefeitura, Ibama e Incra) e pela população, onde estes atores sociais exercem seu poder.

A esta análise subjaz o pressuposto de que o multipertencimento territorial se reflete socialmente em ambigüidades e contradições, próprias dos processos sociais e das transformações no campo contemporâneo.

Finalizando

Os territórios são resultado de formas de articulação social desenvolvidas em espaços heterogêneos. Heterogeneidade que se observa nos diversos usos dados ao componente material do espaço, nas práticas e representações em torno dele (espaços de produção, espaços de consumo, espaços de preservação ambiental, espaços de poder) e na diversidade de formas de inserção social no espaço, definidas por identidades construídas em torno de elementos religiosos, econômicos, políticos, de parentesco, etc. Conformando, em todos esses casos, territórios contingentes e situacionais, pois não são permanentes, nem abrangem, necessariamente, o conjunto da população que habita um espaço.

Então, quando se toma o território como referência de ação das políticas públicas no meio rural, deve-se levar em conta que o território não denota apenas um espaço físico, um elemento material. Ele é um espaço físico carregado de simbolismo, expresso no conteúdo semântico dos elementos materiais que o compõem, na natureza das relações

sociais, nos valores e nas identidades que se instauram no espaço e com o espaço. Essa dimensão imaterial dos territórios deve ser considerada na execução dos projetos imbricados nas políticas públicas.

A criação de um assentamento, bem como qualquer outro programa de desenvolvimento, a serem desenhados para áreas qualificadas operativamente de "territórios", implicam em um processo de territorialização. Ou seja, provocam mudanças na relação que os atores sociais mantêm com o território, refletidas em transformações em diversos âmbitos (social, econômico e cultura). Não só pela natureza das ações das políticas públicas, mas também pelo posicionamento dos atores sociais diante das novas políticas, estes acionam identidades como forma de marcar fronteiras com o outro. É importante salientar, portanto, que a territorialização não deve jamais ser entendida em direção de mão única, dirigida externamente e homogeneizadora, pois sua atualização pelos atores sociais conduz justamente ao contrário: à construção de identidades como forma de reivindicar as diferenças ou afinidades com essas ações.

The territory in the rurality analysis: conclusions from a rural settlement in Brazil

ABSTRACT

In this paper I analyze the theoretical assumptions that induces us to adopt the territory concept as a reference of public political actions and as an analytical axis of the rural transformations. The reflections here presented were theme of a doctoral thesis, entitled: "Identities and space representations in territory constructions at a Incra settlement, Paraty, Rio de Janeiro".

I stress the theoretical contributions of Anthropology in the analysis of the heuristic value of territory, when we examine the social implications of the processes conceived by the State, through development projects or any interventionist procedure. I approach the identity function in frontier constructions between territories; symbolic and changing proprieties of those frontiers; the theoretical assumptions to differentiate territory and space. Finally, I observe how social actors participate in a constant territorialization process, by composing and recomposing territories, with different cultural elements, that can be seized through the study of social representations of space.

Keywords: Territory. Rural settlements. Identity.

Notas

¹ Margarita Rosa Gaviria Mejia, antropóloga, mestre em antropologia social (Museu Nacional, UFRJ), doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA, UFRRJ).

- ² Este autor apóia-se em Ceña (1992) para sua argumentação.
- ³ Questão abordada na tese de doutorado, intitulada: "Identities and Representações Sociais na Construção de Territórios em um assentamento do Incra em Paraty (RJ)" cujo objetivo não era qualificar um espaço tido como rural, mas analisar um processo social. Tese defendida em 27/8/04 no CPDA (UFRRJ).
- ⁴ Taquari é um dos três assentamentos do Incra no município de Paraty, os quais apresentam características e história comuns, localizando-se entre a estrada e a Serra, um contíguo ao outro. Se as origens dos assentamentos de reforma agrária englobam situações diferenciadas, no caso desses assentamentos, trata-se da regularização fundiária em terras ocupadas por posseiros há várias décadas. Nenhuma das áreas dos assentamentos está na faixa entre o mar e a estrada, pois na desapropriação, optou-se por deixar aquela área para os donos da fazenda. Assim, indo do Rio de Janeiro em direção a Paraty, pela BR 101, encontram-se do lado direito: primeiro, Taquari; depois, São Roque; e, em seguida, Barra Grande.
- ⁵ Com o objetivo de sustar os desmatamentos e recuperar áreas de vegetação sacrificadas, fruto da especulação imobiliária e da atividade turística, foi criado em Paraty, em 1971, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)⁵. Este Parque abrange parte dos municípios paulistas - Cunha, Bananal, Ubatuba e São José de Barreiro - e dos municípios fluminenses - Angra dos Reis e Paraty. No município de Paraty, localiza-se 41% da área do Parque (Brasil, 2002).
- ⁶ Acerca da fronteira, cabe ressaltar as contribuições de Cohen (1967). Este autor considera inadequadas as noções clássicas de "comunidade", que abordam a estrutura ou a morfologia como sua característica definidora. Para ele, uma comunidade existe só em oposição a outra. Deste modo, a noção é relacional, inclui tanto a similitude quanto a diferença e o melhor lugar para estudar as práticas cotidianas de exclusão e inclusão é na fronteira da comunidade. Assim, pois, o interesse de Cohen em entender a importância da comunidade na experiência das pessoas, o leva a destacar o significado das fronteiras para as pessoas, ou melhor, o significado que elas lhes atribuem. Este autor postula que as diferenças comunitárias e de identidades não estão localizadas nas estruturas, como poderia parecer, mas nas mentes das pessoas que as expressam.
- ⁷ A este respeito, ver também Oliveira (1998).
- ⁸ Desta perspectiva e seguindo Godelier (1984), as idéias não são instâncias separadas das relações sociais. O pensar é colocar em movimento a matéria: a idéia é uma realidade sensível.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BADIE, B. *Le fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.
- BAREL, Yves. Le Social et ses territoires. In: MIRAC, F; BRUNET, R. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fondation Diderot/Fayard, 1986. p. 129-139.
- BARTH, Frederik (Ed.). *Ethnic groups and boundaries*. London, Oslo: George Allen & Unwin/ Universitets Forlaget, 1969.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Lobato; ROSENDAH, Zeny. (Orgs.) *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Diretoria de Ecossistemas - DIREC. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina*. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002. Encarten.5.

- BRASÍLIA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Coordenadoria de Áreas de Proteção Ambiental. *Área de Proteção Ambiental do Cairuçu - Paraty-Rj: informações básicas*. Brasília, 1987.
- CENÁDELGADO, Felisa. Transformaciones del mundo rural y política agraria. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n. 162, outubro, 1992.
- COHEN, Abner. *Custom and politics in urban Afrecha*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.
- DIEGUES, Antonio. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DONNAN, Hasting; Wilson, Thomas M. *Borders, frontiers of identity, nation and state*. New York: Oxford, 1999.
- DURAN, Francisco Entrena. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, No. 11, Rio de Janeiro, outubro de 1998.
- FORTES, M.; EVANS PRITCHARD, E. E. "Introduction", In: M. Fortes e E.E. Evans-Pritchard (eds), *African Political Systems*. London: Oxford University Press, 1975.
- GODELEIR, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Librairie Arthème Fayard, 1984.
- GOODMAN, David; WATTS, Michael. Reconfiguring the rural or fording the divide capitalist restructuring and the global agro-food system. *Peasant Studies*, London, v. 22, n. 1, oct. 1994, p. 1-49.
- HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- MORGAN, L. H. *The ancient society*. New York: Holt, 1877.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A etnologia dos "índios misturados", situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 1998.
- RAFFESTIN, Claude. Écogénèse territoriale et territorialité. In: MIRAC, F.; BRUNET, R. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, política e religião. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural. *Sociologias*. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, 2004.

Data do recebimento: 08/01/2006

Data do aceite: 25/04/2006